



**“1IREMOS À BATALHA CONTRA AS DEMOCRACIAS DO OCIDENTE”:** a repetição da história e as estratégias da extrema direita atual

Darcon Sousa<sup>2</sup>

**Resumo**

Este trabalho analisa a ascensão da extrema direita no século XXI, espectro político cujo principal objetivo consiste em desconstruir a democracia ocidental, num contexto em que as contradições do capitalismo favorecem o surgimento de ideologias fascistas, tal como no século passado. O fio condutor da análise identifica três estratégias manejadas pela extrema direita para alcançar seus fins, quais sejam: 1) A eliminação do debate público racional, 2) o desmonte das instituições do Estado democrático de direito e 3) a incitação à aversão ao social. Trata-se de um estudo qualitativo quanto à abordagem, do tipo descritivo, e bibliográfico em relação ao procedimento técnico. Como conclusão, infere que as lutas sociais precisam incorporar a defesa e o aprofundamento da democracia como tarefa prioritária para a preservação e conquista de direitos sociais.

**Palavras-chave:** Extrema Direita; política antidemocrática; democracia.

**“WE WILL GO TO BATTLE AGAINST THE DEMOCRACIES OF THE WEST”:** the repetition of history and the strategies of the current extreme right

**Abstract**

In this work, we analyze the rise of the extreme right in the 21st century, a political spectrum whose main objective is to deconstruct western democracy, in a context in which the contradictions of capitalism favor the emergence of fascist ideologies, as happened in the last century. The guiding thread of the analysis identifies three strategies used by the extreme right to achieve its ends, namely: 1) The elimination of rational public debate, 2) the dismantling of the institutions of the democratic State of law and 3) the incitement to social aversion. This is a qualitative study in terms of approach, descriptive, and bibliographical in relation to the technical procedure. In conclusion, we infer that social struggles need to incorporate the defense and deepening of democracy as a priority task for the preservation and achievement of social rights.

**Keywords:** Far Right; antidemocratic politics; democracy.

Artigo recebido em: 24/07/2024 Aprovado em: 30/04/2025  
DOI: <https://dx.doi.org/10.18764/2178-2865v29n1.2025.7>

<sup>1</sup> Trecho de discurso de Benito Mussolini, líder fascista da Itália, em “Vozes da Segunda Guerra”, documentário Netflix. Direção: Rob Coldstream, 2023.

<sup>2</sup> Doutor em Ciências Sociais. Professor Associado da Universidade Federal de Campina Grande – UFCG. E-mail: darcon.sousa@professor.ufcg.edu.br

## 1 INTRODUÇÃO

O relatório do Latino barômetro (2023) aponta que 48% dos latino-americanos apoiam a democracia. É o menor percentual desde 1995, quando a pesquisa começou a ser realizada e o apoio à democracia chegou a alcançar 65%, em 1997 e 1998, vindo a declinar desde então. Múltiplos fatores explicam esse quadro, com destaque para as crises econômicas que acentuaram desigualdades e afetaram negativamente os níveis de emprego, ainda que, em períodos de recuperação econômica não tenha havido um crescimento proporcional do apoio à democracia. A baixa qualidade das elites, os personalismos, a corrupção e o desempenho dos governos também impactam os níveis de apoio à democracia.

Para além do contexto latino-americano, o declive do número de cidadãos que defende o regime democrático se expressa na Europa e na América do Norte. Líderes e partidos autoritários alcançam popularidade crescente e, mesmo perdendo eleições eventualmente, conservam as massas sob sua esfera de influência e continuam interferindo na agenda política. Dentro desse quadro, ganha realce o extremismo de direita, face confessa da incompatibilidade do capitalismo com a democracia. O projeto de destruir a democracia, conduzido pela extrema direita do século XXI, repete o ideário nazifascista que levou o mundo à segunda guerra mundial na primeira metade do século passado.

Com a derrocada do nazifascismo, a democracia liberal avançou no ocidente. Direitos e conquistas sociais foram consolidados, principalmente no continente europeu. Por outro lado, a existência do modelo socialista, liderado pela União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, conteve o ímpeto do extremismo de direita, ante a concorrência político-ideológica representada pelo socialismo real. Entretanto, de 1989 (ano da queda do muro de Berlim e do conseqüente desabamento do modelo soviético) para hoje, a democracia encolheu e as alternativas à utopia igualitária desidrataram-se. Consolida-se a hegemonia capitalista sob a lógica neoliberal, cujos efeitos deterioram a vida social, o meio ambiente e a cultura política. As crises econômicas se sucedem e as desigualdades sociais se acentuam. Os conflitos migratórios, o iminente colapso ambiental e o esgotamento da democracia liberal palmilharam o caminho para o retorno do extremismo de direita.

Nesse contexto, a extrema direita retoma seu intento de destruir a democracia, lançando mão de três estratégias principais: 1) A eliminação do debate público racional, 2) O desmonte das instituições do Estado democrático de direito e 3) A incitação à aversão ao social. Sendo assim, neste estudo, buscamos descrever cada uma dessas estratégias nas seções que se seguem, a partir de uma pesquisa bibliográfica que busca explicar os movimentos da extrema direita no espaço da disputa política em face do seu objetivo de desdemocratizar as sociedades ocidentais.

## **2 A ELIMINAÇÃO DO DEBATE PÚBLICO RACIONAL**

Na primeira metade do século XIX, no texto em que Marx (2011) relatou as facetas do processo que levou Luís Bonaparte a derrotar a democracia liberal francesa e a estabelecer seu domínio autoritário, percebe-se como o comprometimento crescente com a democracia conspira contra os interesses das classes dominantes. Os direitos civis, a igualdade, a liberdade de imprensa e de reunião, o sufrágio universal, a dinâmica do parlamento e a participação popular passaram a ameaçar o poder da burguesia, a qual havia derrotado o feudalismo levantando essas bandeiras para suplantar a velha ordem. Todavia, a democracia burguesa volta-se contra a própria dominação da classe que a conduz e é Luís Bonaparte quem encarna a tarefa de aniquilar a democracia para que as contradições entre as forças de produção e as relações de produção fossem controladas. Nesta direção, em relação ao processo democrático, cabe destacar que Marx (2011) menciona o debate público como espaço de racionalidade por meio do qual a opinião pública é formada e as decisões da maioria são articuladas e ecoadas no parlamento. Para destruir a democracia, os bonapartistas, além de eliminar as instituições da democracia, precisaram inserir a irracionalidade, a consciência falsa e a indiferença entre o que é falso e verdadeiro, como forma de assegurar a dominação burguesa sem a obstrução representada pelos valores e compromissos da democracia liberal.

Pouco mais de cem anos depois da revolução de Luís Bonaparte, é Benito Mussolini, líder fascista italiano, quem reproduz o ódio à democracia liberal: “Iremos à batalha contra as democracias do ocidente”. A segunda guerra mundial foi o desfecho trágico do projeto nazifascista impulsionado por forças diversas, dentre as quais uma construção discursiva baseada também na irracionalidade. Segundo Albright (2018), Hitler e Mussolini nutriam ódio e ressentimento, e disso resultou uma doutrina de raiva e medo, cuja máquina de comunicação era movida a apelos emocionais que usavam música solene, retórica incendiária, estética corporal e outros métodos para despertar o fervor dos séquitos e impedi-los de discernir os fatos. Kakutani (2018, p.8) lembrou que “dois dos regimes mais abomináveis da história da humanidade que chegaram ao poder no século XX se estabeleceram com base na violação e no esfacelamento da verdade.” Referia-se ao comunismo e ao nazifascismo. Para florescer e “quebrar os ossos dos democratas”, conforme pretendia Mussolini, o fascismo precisava aniquilar a racionalidade do debate público.

Mas, “[...] por que, a esta altura do século XXI, voltamos a falar de fascismo?”, perguntou Albright (2018, p.11). A resposta está nas verossimilhanças entre aquele regime do século passado e a emergência das forças de extrema direita dos dias atuais. A despeito das controvérsias sobre a comparação entre esses dois fenômenos políticos, no caso particular da comunicação política, os objetivos são os mesmos. A expansão do espectro da extrema direita é catapultada pela estratégia de

turvar o debate público por meio de uma sofisticada rede de desinformação e de notícias falsas, amplificada pelas novas tecnologias digitais.

Na análise que fez da ascensão de Donald Trump nos Estados Unidos, Kakutani ,(2018) lembrou que os regimes totalitários do século XX se valeram do cinismo, do cansaço e do medo das pessoas para impor uma realidade em que não se podia distinguir o falso do verdadeiro. Atualmente, a ameaça à verdade é alavancada por *fake news* produzidas em escala industrial. As bolhas informacionais impedem o compartilhamento da realidade e indivíduos são cativos da manipulação política amparada no descaso pelos fatos, na corrosão da linguagem e na substituição da razão pela emoção. O declínio da verdade, como realça Kakutani, (2018, p.8), não se restringe às notícias falsas, mas:

[...] também existe a ciência falsa (produzida por negacionistas das mudanças climáticas e anti-vaxxers, os ativistas do movimento antivacina) a história falsa (promovida por revisionistas do Holocausto e supremacistas brancos), os perfis falsos de norte-americanos no Facebook (criados por *trolls* russos) e os seguidores e “likes” falsos nas redes sociais (gerados por *bots*).

Todos esses movimentos têm no ambiente digital uma mola propulsora. As novas tecnologias digitais têm sido intensamente utilizadas pelas forças políticas de extrema direita para empoeirar a esfera do debate público, na qual a busca pela verdade por meio de discussões racionais é indispensável ao regime democrático. A produção massiva de *fake news*, de desinformação e de teorias da conspiração visa obscurecer as razões da argumentação democrática - demonizando seus símbolos e conteúdos – e difundir valores relacionados a uma nova ordem social idealizada pela extrema direita. Os arquitetos da comunicação política desse segmento ideológico buscam transformar fatos em narrativas e relativizar evidências, o que é essencial para uma construção discursiva que reforça o projeto de desmonte da democracia e de hegemonia do neoliberalismo.

D’Ancona (2018) utiliza o conceito de pós-verdade para explicar o tipo de comunicação política em curso. Esse autor identifica a guerra contra os fatos a partir do que ocorreu em 2016 no universo político ocidental. A verdade desmorona, enquanto emoções e crenças ocupam o lugar dos fatos objetivos. As novas comunicações informacionais desempenham um papel decisivo. Sites conspirativos e mídias digitais desdenham dos veículos tradicionais, tendo-os como representantes de uma elite liberal que sustenta a ordem globalista. Especialistas em qualquer tema precisam ser desacreditados pelos porta-vozes da pós-verdade.

Uma indústria poderosa de desinformação, propaganda enganosa e falsa ciência empenhou-se em rebaixar a verdade. Organizações de fachada buscam difundir mentiras e questionar consensos científicos para gerar confusão. Negacionistas a serviço de interesses de grupos atuam para conservar o *status quo*, impregnando os debates de ideologia, muitas vezes aproveitando-se de

oportunidades fornecidas por mídias tradicionais que colocam em confronto posições falsamente equivalentes. A *internet* é o espaço digital tecnologicamente disruptivo por onde trafega a pós-verdade interessada em cativar a atenção, criando bolhas de usuários com afinidades ideológicas, onde eles são indiferentes à distinção entre verdade e mentira, ao mesmo tempo em que fornecem seus dados para os que manipulam os algoritmos e os colocam à disposição da fábrica de notícias falsas. (D’Ancona, 2018).

Nessa engrenagem, D’Ancona (2018) afirmou que a culpa não está em um único sociopata político. No episódio da saída do Reino Unido da União Europeia, o Brexit, a campanha dos favoráveis à saída disseminou crenças sobre inimigos reais e imaginários, com foco principalmente nos imigrantes, agindo de forma perniciososa. Privilegiou-se a emoção no lugar da razão, as soluções simples em vez da honestidade complexa. Na Polônia, o partido nacionalista Lei e Justiça espalhou mentiras sobre homossexuais, refugiados, doenças e comunistas. A mentira virou regra e obteve como respostas a indiferença e a convivência. Na eleição de Donald Trump, suas falhas de caráter eram conhecidas, sua fúria, impaciência e hábito de transferir responsabilidades. Mas suas narrativas ganharam notoriedade, manipulando sentimentos e ressentimentos. No cenário da digitalização, a emoção vem em primeiro lugar e a verdade está indo embora.

Na avaliação de Empoli (2019), a *internet* alterou o comportamento dos cidadãos, tornando-os mais impacientes em relação à necessidade de mudanças e estabelecendo novos padrões de relações entre as pessoas e delas com a sociedade. As plataformas informacionais se encarregaram de gerar a incerteza e a carência constantes, alimentando hiatos entre a vida virtual e a real, do que resultam frustrações. Neste sentido, as teorias da conspiração oferecem explicações confortáveis, ao mesmo tempo em que mobiliza a raiva e o ressentimento. Conectados e seduzidos por emoções fortes e indignação, os indivíduos participam de bolhas de consenso ou se armam contra outros. Por outro lado, a produção de *fake news* se transformou num negócio lucrativo, ainda mais para quem explora conteúdos radicais. As redes sociais são intensamente usadas por movimentos extremistas e de direita, dos quais emergiram novos políticos que conquistaram engajamento considerável, estimulando ódio político que se transferiu do ambiente virtual para o real.

Como destaca Empoli (2019), a despeito das aparências, ideólogos, especialistas em comunicação e cientistas de dados trabalham orientados por uma lógica sórdida, criando e recriando um ambiente de permanente tensão que domina as atenções. Antes de qualquer coisa, pretendem “quebrar os códigos das esquerdas e do politicamente correto.” Operando nas redes sociais, onde não há intermediação, os populistas perseguem curtidas e engajamento, não importando se o conteúdo que compartilham seja algo real, bastando apenas que seja capaz de catalisar medos. As emoções negativas devem ser canalizadas contra elites que supostamente são contra o povo. A desinibição

propiciada pela *internet* favorece o envolvimento de pessoas, tornando-as ativas num teatro em que imagens valem mais do que ideias e textos, e a narrativa mais do que a veracidade dos fatos. No espaço digital, integrantes das redes populistas adequam notícias às suas visões de mundo e constroem realidades que respondem aos anseios dos seguidores. As mentiras tornam-se eficazes ao serem encaixadas em narrativas condizentes com as aspirações dos eleitores. Os fatos objetivos, as demonstrações de dados e a correção de informações não produzem efeitos quando os eleitores estão convencidos de que aquilo que vem da política tradicional não corresponde à realidade.

O argumento radical precisa ganhar força e conta com a passividade da maioria. As novas (des)informações radicais recebem mais apoio quando coincidem com as convicções de quem se conecta com elas. Quanto mais pessoas as aceitam, menor é a resistência aquilo que antes se considerava improvável, podendo alcançar grandes massas a partir de pequenos grupos que multiplicam as “cascatas cognitivas” por meio de sites, blogs e páginas de *facebook*. Nesse processo, são os extremistas que têm obtido vantagem, procurando a desintegração incendiária. A questão em destaque, colocada por Empoli (2019, p.119), é se será possível governar sociedades instabilizadas por muito tempo. Como escreveu: “Hoje, a ideia de uma esfera pública na qual todos são expostos às mesmas informações, como era antes com a leitura de jornais e o ritual do noticiário televisivo, praticamente não existe mais.” O deslocamento da política para as redes sociais implica em consequências cada vez mais imprevisíveis e irracionais. A instabilidade, a subjetividade e a coexistência de verdades contraditórias são as marcas da nova dinâmica política impulsionada na *internet*. A segmentação do público e o direcionamento de conteúdos destinados a reforçar crenças e valores individuais dificulta o entendimento coletivo. Dentro de bolhas, os indivíduos ouvem apenas o que circula dentro delas e consideram fatos os enxergados nelas.

Diferente disso, a democracia é o lugar comum em meio às diferenças e distâncias. Cidadãos podem reunir-se politicamente e deliberar sobre a correção das desigualdades e a alavancagem da justiça social que, mais do que uma convicção ideológica, funciona como antídoto para as exclusões e estratificações das ordens capitalistas. Por isso, a demarcação do espaço público assegura a realização do bem comum e acrescenta dimensões às identidades dos indivíduos, famílias, produtores, consumidores e investidores (Brown,2020).

Sendo assim, a desestabilização de uma esfera pública de debate racional torna a democracia insustentável. Não se trata apenas de um ambiente discursivo democrático propício às disputas eleitorais, nas quais a comunicação sempre foi fator determinante. A própria governabilidade dos governos se vulnerabiliza. A medição da avaliação popular, feita por tradicionais institutos de pesquisa, reflete a guerra de informação das plataformas digitais, onde a verdade é segmentada e a realidade comum não é compartilhada. Sem regulação estatal adequada na maioria das sociedades

democráticas, o tipo de conteúdo digital vinculado à extrema direita, difuso e anônimo, é funcional ao objetivo de desarticular a democracia e abrir caminho para o autoritarismo em vários formatos e intensidades, mas com a mesma estratégia de comunicação que visa, assim como no passado, corroer a consciência democrática.

### **3 O DESMONTE DAS INSTITUIÇÕES DO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO**

A corrosão da consciência democrática facilita o esvaziamento das instituições do Estado democrático e a desarticulação da provisão pública que opera por meio de políticas e órgãos criados como resultado das demandas sociais, muitas delas transformadas em direitos adquiridos. Para o projeto da extrema direita, destruir os pilares das instituições representativas da democracia ou sequestrar suas estruturas é crucial. A educação pública, o sistema de saúde, a cultura, a proteção do meio ambiente, dentre outras, são vistos como áreas portadoras de uma visão de mundo baseada no conhecimento e no secularismo, contrária a diversos valores que se aglutinam em torno do extremismo de direita conservador, instrumentais ao avanço do neoliberalismo.

O extremismo de direita rechaça a razão democrática e suas instituições, representativas de um projeto de sociedade incompatível com a lógica neoliberal. O conhecimento especializado e a *expertise* de organizações públicas em lidar com problemas complexos são constantemente atacados pelos movimentos extremistas. Nessas organizações, cortes orçamentários, indicação de pessoas sem qualificação e sabotagem aos seus próprios objetivos são práticas dos governos de extrema direita para anular o papel que elas desempenham nas sociedades democráticas. Nos termos de D’Ancona (2018, p.19):

Estamos em uma nova fase do combate político e intelectual, em que ortodoxias e instituições democráticas estão sendo abaladas em suas bases por uma onda de populismo ameaçador. A racionalidade está ameaçada pela emoção; a diversidade, pelo nativismo; a liberdade, por um movimento rumo à autocracia. Mais do que nunca, a prática da política é percebida como um jogo de soma zero, em vez de uma disputa entre ideias. A ciência é tratada com suspeição e, às vezes, franco desprezo.

Kakutani (2018) contou como Donald Trump atacava rotineiramente as instituições democráticas e as normas vigentes. A imprensa, o sistema de justiça e eleitoral, os funcionários públicos e a estrutura responsável pelo funcionamento do governo constavam na lista dos alvos do presidente norte-americano. Em qualquer campo – política internacional, segurança nacional, economia ou educação -, a autoridade dos especialistas era hostilizada. Vale a pena transcrever parte do relato dessa autora (Kakutani, 2018, p.39) e verificar a semelhança com o comportamento de outros líderes de extrema direita, conectados entre si pela mesma mentoria ideológica:

A preferência do governo Trump por lealdade e afinidade ideológica em detrimento da *expertise* está bem clara. Juizes sem qualificações e diretores de órgãos foram indicados com base em nepotismo, conexões políticas ou por estarem comprometidos com o enfraquecimento de agências que pudessem atrapalhar os planos desregulatórios de Trump para beneficiar a indústria de combustíveis fósseis e os grandes doadores corporativos. Rick Perry, que ficou famoso por querer abolir o Departamento de Energia, foi nomeado para comandá-lo, ordenando cortes nos programas relacionados a fontes renováveis de energia e o novo diretor da EPA (*Environmental Protection Agency, Agência de Proteção Ambiental*), Scott Pruitt, que processou repetidas vezes a EPA ao longo dos anos, começou rapidamente a dismantelar e avançar a legislação criada para proteger o meio ambiente.

A experiência do governo de extrema direita de Jair Bolsonaro, no Brasil, reproduzia essas práticas. O ministério da Educação, da Cultura, do Meio ambiente, da Saúde, órgãos de proteção aos indígenas, de defesa dos direitos das minorias, de pesquisa, dentre outros, foram ocupados por pessoas sem trajetória de atuação no setor ou conhecimento dos temas relacionados às áreas. Nas universidades públicas, Bolsonaro adotou o procedimento de nomear os últimos colocados dentre os votados pela comunidade. A sabotagem às instituições de governança social era explícita. Na expressão de Starling *et al*, (2022, p.11), Jair Bolsonaro criava um “stress institucional” permanente em seu projeto de rebaixar a democracia. As nomeações para órgãos públicos e ministérios de pessoas sem relevância, refugos de várias classes sociais, era instrumental à planejada demolição do governo. Esses autores lembram a frase dita por Bolsonaro antes de assumir a Presidência: “Nós temos que desconstruir muita coisa”, e acrescentam:

Fomentar crises é o complemento necessário ao seu propósito de corroer, de dentro para fora, as instituições democráticas e as unidades vitais da máquina pública. Sem estrondo, os órgãos são erodidos um a um: ou pela ação de figuras mediocres alçadas à chefia e a cargos administrativos estratégicos, ou por cooptação. As nomeações do governo atendem a um propósito: indicar inimigos das próprias instituições para seu comando, visando contribuir para a desconstrução mais ampla do Estado (Starling *et al*, 2022, p.11).

Nesta direção, a utopia neoliberal, de acordo com Brown (2020), sempre foi a de um Estado orientado para propiciar uma ordem global de capitais livres e de nações organizadas pelo mercado e pela moralidade tradicional. De fora ficariam racionalistas, planejadores, redistribucionistas e igualitaristas em geral. A democracia ficaria afastada da ideia de soberania popular, limitando-se ao voto para assegurar a transferência pacífica de poder. Democracias e plutocracias não serviriam à garantia dos domínios do mercado e da moral. Uma tecnocracia autoritária conformava o projeto neoliberal. No entanto, apenas o rebaixamento da democracia se concretizou. A antidemocracia está gerando uma vida política em que os Estados são dominados por interesses econômicos e o populismo de direita reacendeu a raiva, o rancor e o ressentimento.

No mesmo diapasão, Levitsky e Ziblatt (2018, p.89), indagaram: “Como autoritários eleitos destroem as instituições democráticas cujo dever é restringi-los?”. Na resposta, esses autores explicam que as investidas contra as instituições ocorrem de forma lenta e imperceptível, simultaneamente a

**“IREMOS À BATALHA CONTRA AS DEMOCRACIAS DO OCIDENTE”: a repetição da história e as estratégias da extrema direita atual**

uma aparente normalidade. Pode acontecer que iniciativas governamentais surjam com “verniz de legalidade” ou até sob o argumento de aperfeiçoar a qualidade da democracia. No que concerne às instituições neutras, como o sistema judiciário, elas podem representar uma ameaça ou uma oportunidade para potenciais autoritários.

Se elas permanecem independentes, têm a capacidade de denunciar e punir abusos governamentais. Este é o trabalho do árbitro, impedir fraudes. Não obstante, se controladas por sectários, essas instituições podem servir aos objetivos do aspirante a ditador, protegendo o governo de investigações e processos criminais que possam levar ao seu afastamento do poder. O presidente pode infringir a lei, ameaçar direitos civis e até violar a Constituição sem ter que se preocupar com a possibilidade de tais abusos serem investigados ou censurados. Com tribunais cooptados mediante alteração de sua composição e autoridades policiais rendidas, os governos podem agir com impunidade. (Levitsky; Ziblatt, 2018, p.90)

No Brasil, sob o governo Bolsonaro, as táticas para destruir a democracia, mencionadas por esses autores, foram por demais evidenciadas. Protegido por um Procurador Geral que tinha a responsabilidade de denunciar os crimes da Presidência da República, Jair Bolsonaro coordenou uma campanha de hostilidade ao Supremo Tribunal Federal com o objetivo de intimidá-lo e de deslegitimá-lo, enquanto levantava suspeitas contra o sistema eleitoral eletrônico propondo a volta da votação impressa, comportamentos que ganharam apoio nas redes sociais controladas pela extrema direita. Tal cenário, sabe-se agora pelo conjunto de indícios e provas vindas do judiciário, visava criar o ambiente propício a um golpe de Estado instituído por decreto, o qual, malgrado, expressou sua face violenta em 08 de janeiro de 2023, por meio do ataque de milhares de bolsonaristas aos prédios dos três poderes da república na capital, Brasília, como última tentativa de desestabilizar a ordem democrática.

Além de Brasil, segundo registrou Starling *et al* (2022), Hungria, Turquia, Rússia, Venezuela, Polônia, Índia, Estados Unidos, Filipinas e Ucrânia são países onde os governantes, embora eleitos, conduziram involuções democráticas alinhadas ao ideário da extrema direita. Como afirmam:

A novidade, hoje, é a ação de desmanche da democracia praticada por governantes eleitos, mas que caminham firmes em direção ao autoritarismo. Em vez de comandarem uma mudança abrupta em que o regime democrático será demolido de maneira inconfundível como no passado, com um golpe de Estado, eles avançam de modo sistemático numa corrosão por dentro do sistema. Utilizam atos e ações com efeito cumulativo para degradar a ordem política, destruir os mecanismos de representação, minar o sistema judicial e a mídia, erodir as instituições, uma a uma, até o colapso final. Isso não ocorre em um país só; pode-se dizer que o fenômeno é global e está moendo a democracia em vários pontos do planeta (Starling *et al*, 2022, p.6).

As forças antidemocráticas ascendem ao lado do neoliberalismo e reforçam sua dominação. Por isso, apregoa-se o desmonte do Estado de bem-estar e o afrouxamento do controle político sobre os mercados, fragilizando, inclusive, a representatividade sindical dos trabalhadores.

Culturalmente, os cidadãos assimilam valores antidemocráticos difundidos pelo pensamento neoliberal, aprendem a rechaçar a política e tornam-se receptivos ao autoritarismo de direita. Os poderes econômicos passam a vigiar e a submeter a política para que dela não resulte um Estado redistributivo e não favoreça um ambiente de participação e de partilha de poder com os cidadãos, de modo a direcionar os governos para o bem comum ou a qualquer noção de interesse público. O Estado neoliberal deve ser forte para limitar a democracia e recusar as demandas das massas, oriundas dos consensos gerados numa arena plural. As consequências da omissão desse Estado antidemocrático atingem mais diretamente os trabalhadores e os pobres, os quais precisam de um Estado social e, “a menos que sejam enganados, condicionados ou efetivamente marginalizados, [...] vão sempre combater os mercados, como injustos em sua distribuição de oportunidades e recompensas.” (Brown, 2020, p.78).

Por fim, o ataque à democracia inclui a demonização de seus símbolos e dos seus discursos. A deliberação de desmontar os espaços do debate esclarecido e de destruir as instituições democráticas precisa ser amparada no constante combate aos atores e organizações sociais vinculadas à causa da justiça social. Estigmas, preconceitos e desinformações são direcionados contras esses alvos, despertando ódios que, em qualquer circunstância, visa deslegitimá-los e reduzir o capital político que possuem. Sobre isso, avançamos na secção seguinte.

#### **4 A INCITAÇÃO À AVERSÃO AO SOCIAL**

Durante os quatro anos do governo de Jair Bolsonaro, no Brasil, e mesmo depois de sua derrota para Luís Inácio Lula da Silva, os partidos fiéis ao ideário do ex-presidente se empenharam em construir narrativas e em lançar mão de prerrogativas parlamentares para manchar a reputação de movimentos sociais. Os fatos mais notórios em relação a isso foram as Comissões Parlamentares de Inquérito instaladas para criminalizar o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra e as Organizações Não Governamentais. No primeiro caso, tentava-se criminalizar um dos maiores movimentos sociais da América Latina na luta pela reforma agrária. No segundo, incluem-se organizações que atuam nas mais diversas áreas sociais, mobilizando populações e aplicando conhecimentos especializados para atenuar os problemas.

A estratégia dos partidos de extrema direita é sempre a de criar narrativas descoladas da realidade para atribuir crimes e ilegalidades aos movimentos sociais, amplificando preconceitos e ódios via redes sociais, espaço controlado pela comunicação política radical. Sem lograr êxito por meio dos mecanismos legais no parlamento, em função de falta de provas e de evidente falseamento dos fatos, aos políticos de extrema direita interessa produzir conteúdos recortados para difundir nas bolhas

digitais e consolidar as crenças dos apoiadores presos ao que circulam nessas bolhas. O exercício de instigar raiva contra o social e de deslocar pessoas da realidade é praticado diuturnamente pelas forças políticas de extrema direita.

Desse modo, as consequências discursivas do ataque neoliberal à justiça social reforçam ideias que reduzem o conceito de sociedade, quando não o desconhecem, à ideia de indivíduos e famílias regidas pelo mercado e pela moral. Tornam-se invisíveis hierarquias, exclusões e violências. Desaparecem as subjetividades em torno das condições de classe, gênero e raça. Instalam-se guerras culturais que têm como alvos os que desafiam o conservadorismo neoliberal. Igualdade e inclusão passam a ser vistas como tiranias do politicamente correto. A razão liberal priva direitos, culpabiliza os pobres por sua condição, despreza as explicações que denunciam as forças sociais historicamente perpetuadores de dominações e elege o social como inimigo da liberdade (Brown, 2020).

Starling, (2022, p.75), lembra o maniqueísmo bolsonarista que estabeleceu um confronto entre bem e mal. Nessa guerra, quaisquer indivíduos que não partilhem as crenças do reacionarismo são vistos como inimigos, os quais podem ser: “a professora, o ateu, o procurador que vela pelos povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais, a jornalista, o antirracista, o advogado criminalista, a vereadora, a feminista, o estudante, a médica, a ministra do STF, o artista, o ambientalista, o cientista, a comunidade lgbtqia+ inteira”. Contra eles e contra as instituições democráticas o reacionarismo usa continuamente a violência e a intimidação como forma de se impor na sociedade.

Segundo Brown, (2020), o ressentimento é outro fator a mover ataques dos autoritários, os quais sentem-se ameaçados pelos valores democráticos e desenvolvem subjetividades contrárias a eles. O ressentimento puro impulsiona ataques contra supostos culpados (feministas, multiculturalistas, globalistas), desferidos por aqueles cujos afetos são mobilizados para vinganças que têm o objetivo de revogar conquistas democráticas. Em consonância com isso, os ressentidos arrogam-se possuidores de direitos históricos. No contexto dos Estados Unidos, os brancos reivindicam sua supremacia de volta. Nas palavras de Brown (2020, p. 220), pensam eles: “Se os homens brancos não podem ser donos da democracia, então não haverá democracia nenhuma”.

Ainda sobre o contexto norte-americano, Stanley (2018) registra que, apesar do êxito de movimentos sociais progressistas no trabalho de suscitar empatia, a política fascista tem como alvo os refugiados, o feminismo, os sindicatos trabalhistas, as minorias raciais, religiosas e sexuais. Todos os grupos sociais que não se enquadram na “identidade nacional branca” são vistos como inimigos. A retórica fascista divide os cidadãos e não considera que (Stanley, 2018, p.89): “[...] um Estado democrático saudável é governado por leis que tratam todos os cidadãos de forma igual e justa, apoiados por laços de respeito mútuo entre as pessoas”.

Contrário a isso, o discurso da extrema direita estimula o ódio a tudo que possa representar grupos minoritários ou justiça social. No Brasil, esse ódio dirigiu-se a figuras públicas como o padre católico Júlio Lancellotti, conhecido por suas obras sociais em favor de moradores de rua em São Paulo. Vereadores bolsonaristas já abriam uma Comissão Parlamentar de Inquérito para atacar o religioso e levantar suspeitas sobre seu trabalho. Mas não só os vivos são objetos da agressividade dos seguidores de Jair Bolsonaro. Incitados por discursos do seu líder, eles também vilipendiam a memória de Mariele Franco, política e militante assassinada em função do seu ativismo social. Personalidade mundialmente respeitada, o falecido educador Paulo Freire, referência na área, é continuamente objeto de ataques, sem que os agressores apresentem qualquer justificativa para tal. O que importa para eles é destruir a reputação de vivos e mortos que estejam identificados com o social e com a conquista de direitos.

Os direitos, conforme Starling (2022), informam que o poder se move do soberano para os cidadãos. O reacionarismo sobrevivente pretende demoli-los porque são eles os alicerces do Estado de bem-estar. Direitos sociais demandam políticas públicas e essa dinâmica é inerente ao processo democrático, cujo objetivo é atenuar as desigualdades e melhorar as condições de vida dos que mais precisam. Para o reacionarismo, políticas sociais incentivam a mendicância, a vadiagem e a indigência e é dessa forma que elas precisam ser vistas pela sociedade.

Para tanto, o reacionarismo de Bolsonaro investe na proliferação de palavras e imagens que estimulem a ojeriza ao social. As redes sociais fornecem os meios para que a linguagem tosca e agressiva dos extremistas de direita viralize, gotejando preconceitos e medos a partir de recortes de fatos, de desinformação e de *fake News*, sempre na direção de demonizar o social. O fluxo intenso de mensagens carregadas de emoções negativas, gerido por uma sofisticada rede de robôs, não permite aos cidadãos comuns o tempo e os mecanismos para ordenar seus processos cognitivos e elaborar seus julgamentos com base num raciocínio esclarecido. O sacerdote, o ambientalista, o sindicalista, o professor, e outros, se transformam rapidamente em comunistas, esquerdopatas, doutrinadores, aparelhados, abortistas e inimigos da família e do bem.

Noutra direção, a extrema direita tenta limitar o poder legislativo - impedindo-o de criar políticas de interesse público -, desacreditar o discurso de justiça social e proteger a esfera pessoal. Se alcançados esses objetivos, a moralidade tradicional (representada, sobretudo, pela religião) e o mercado assumem a primazia na sociedade, em detrimento das reformas democráticas. Os códigos morais e as regras de mercados devem suplantar “formulações não orgânicas do bem” e substituir a democracia. As pretensões de justiça oriundas do Estado e inspiradas em projetos racionais para a sociedade precisam ser desqualificadas (Brown, 2020).

Uma máquina de destruição de reputações e de causas progressistas é acionada pela extrema direita. O bolsonarismo, afirmou Bignotto, (2022, p.134, possui um aspecto importante que é “a montagem de um aparelho de propaganda e combate ideológico que está entre seus instrumentos de poder mais eficazes.” Esse autor frisa ser necessário observar as forças e as etapas que formam o fascismo para definir tal regime, mas considerava que, como as forças políticas democráticas estavam sob ataques constantes durante o governo Bolsonaro, tudo podia acontecer com a democracia brasileira.

Não aconteceu o pior. Jair Bolsonaro não se reelegeu. Entretanto, dentro ou fora do poder, o bolsonarismo persegue sua sanha: desmobilizar, atacar, estigmatizar e obstruir esforços, símbolos e personagens ligados à justiça social. Derrotado nas urnas, prestes a ser condenado e preso, inconstante, mesmo depois da avalanche de depoimentos nos inquéritos que confirmam ter sido ele o arquiteto da tentativa de golpe no Brasil, Jair Bolsonaro percorre cidades usando o mesmo recurso linguístico, dirigido aos mesmos alvos: “Nessas eleições municipais, nós vamos extirpar essa esquerdalha sem vergonha e corrupta que ainda tem no meu Brasil”, (Folha de São Paulo, 16/03/2024). O projeto reacionário e protofascista do bolsonarismo procura de todas as formas e em qualquer espaço – no parlamento, nas redes sociais, nas ruas -, desidratar o espírito empático da sociedade, porque sem ele a democracia não subsistirá.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A destruição da democracia, em sua versão liberal, era parte essencial dos regimes que no século passado levaram o mundo à segunda guerra. O discurso nazifascista era assumidamente antidemocrático e fazia disso parte do seu discurso totalitário. No século XXI, a despeito de, talvez, não ser possível estabelecer equivalências completas com o passado, o extremismo de direita assume as feições fascistas de muitas formas, principalmente na tentativa de destruir o que restou das democracias ocidentais. Só que hoje, por dentro delas e, às vezes, em nome da própria democracia.

Na arena que define a luta ideológica, a da comunicação política, os novos fascismos alcançaram vantagem. As tecnologias da informação otimizaram o processo de disfunção cognitiva e de manejo das emoções negativas, indispensável aos projetos totalitários, os quais, irrigados pelo dinheiro do poder econômico, conquistaram vantagem em suas estratégias políticas baseadas na destruição da democracia, muito mais factíveis do que as opostas.

Seja para radicalizar a dominação neoliberal ou retornar a passados míticos, uma confluência de interesses e crenças ressurgiu para ameaçar as democracias. Desde a responsabilização religiosa do pecador, passando pela aposta no egoísmo do liberalismo até a

atomização dos indivíduos sob a lógica capitalista, tudo converge para o acionamento do moinho fascista que tenta esmagar a ideia de democracia. Incompleta, insuficiente, dinâmica por natureza, ela é de construção complexa e suas demandas são contínuas. Apesar disso, não é difícil perceber o quanto ela pode fazer falta, basta observar a engrenagem fascista e perceber as consequências que está produzindo em termos de destruição de direitos, violência, mortes, degradação ambiental e esmagamento da consciência democrática.

Neste cenário, concluímos que as lutas sociais, sobretudo na América Latina, precisam incorporar a defesa da democracia como tarefa prioritária, ainda que essa democracia, diversa em formatos e conteúdos, seja substancialmente limitada para o alcance de transformações estruturais. Todavia, nas brechas da democracia liberal, as reivindicações e pressões da sociedade organizada podem avançar em direitos e em maior participação na arena política. Diferentemente do século passado, quando o socialismo se constituía em oposição concreta ao fascismo e às sociedades liberais, os setores progressistas hoje não têm um modelo à esquerda que possa ser alternativo à hegemonia neoliberal. A derrocada do socialismo histórico impôs a necessidade de se defender a democracia e de radicalizar a sua prática. Ademais, as grandes nações (China e Rússia) que antagonizam com o bloco econômico liberal, incorporaram o modelo de exploração capitalista, com o agravante de asfixiarem as liberdades democráticas.

## REFERÊNCIAS

ALBRIGHT, Madeleine. **Fascismo, um alerta**. São Paulo: Planeta, 2018.

BIGNOTTO, N. Bolsonaro e o bolsonarismo entre o populismo e o fascismo. *In*: STARLING, H.M.; LAGO, M.; BIGNOTTO, N. **Linguagem da destruição**: a democracia brasileira em crise. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

BROWN, Wendy. **Nas ruínas do neoliberalismo**: a ascensão da política antidemocrática no ocidente. São Paulo: Editora Filosófica Politeia, 2019.

D'ANCONA, Matthew. **Pós-verdade**: a nova guerra contra os fatos em tempos de fake news. São Paulo: Faro Editorial, 2018.

EMPOLI, Da Giuliano. **Os engenheiros do caos**. São Paulo: Vestígio, 2019.

KAKUTANI, Michiko. **A morte da verdade**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2018.

LATINOBARÔMETRO – INFORME 2023. **La Recesión Democrática de América Latina**. Disponível em: <https://www.latinobarometro.org/lat.jsp?Idioma=724>. Acesso em: 2 fev. 2024.

LEVITSKY, S.; ZIBLATT, D. **Como as democracias morrem**. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

**“IREMOS À BATALHA CONTRA AS DEMOCRACIAS DO OCIDENTE”**: a repetição da história e as estratégias da extrema direita atual

MARX, Karl. **O dezoito de Brumário de Luís Bonabarte**. São Paulo: Boitempo, 2011.

STARLING, H.M.; LAGO, M.; BIGNOTTO, N. **Linguagem da destruição**: a democracia brasileira em crise. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

STARLING, H.M. Brasil, país do passado. *In*: STARLING, H.M.; LAGO, M.; BIGNOTTO, N. **Linguagem da destruição**: a democracia brasileira em crise. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

STANLEY, Jason. **Como funciona o fascismo**: a política do “nós” e “eles”. São Paulo: L&PM Editores, 2018.